

TURISMO CULTURAL E MEMÓRIA EM MONTE VERDE, SUL DE MINAS GERAIS

Luciane Aparecida Goulart

Mestranda em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

E-mail: lugo1206@gmail.com

Palavras-chave: Memória. Turismo Cultural. História Oral. Monte Verde.

Introdução

A Academia se interessou há pouco tempo pelo turismo. E, mesmo assim, inicialmente vendo no turismo apenas uma subárea da economia. Uma perspectiva holística da atividade turística, percebendo-a através da cultura ainda é uma construção recente.

Segundo Santana Talavera (2003), até a década de 70/80 do século XX predominou uma forma da atividade turística que não levava em conta os diversos impactos sobre a natureza e as comunidades locais/receptoras. Muitos destinos turísticos tornaram-se saturados, desgastados. Molina (2003) argumenta que seria anacrônico esperar do sistema turístico deste período, turismo de massa, que se preocupasse com a integridade cultural e ambiental das comunidades locais.

A maioria dos autores aceita que o aparecimento do que hoje chamamos turismo cultural deu-se a partir do final da década de 70 e início da de 80. Essas não são datas aceitas por todos os pesquisadores da área do turismo, que hoje não se limita aos turismólogos, antropólogos, historiadores, economistas, administradores, sociólogos entre outros estão inseridos na pesquisa turística. O interesse pelo turismo, inserido na relação entre as práticas sociais, culturais e econômicas dos sujeitos no lugar turístico, acontece na medida em que os resultados dos estudos possam minimizar e/ou aperfeiçoar os impactos ambientais e socioculturais negativos e positivos.

Neste cenário em que se dá destaque para o cultural e o diferente, se insere o interesse pela Vila (distrito) de Monte Verde, pertencente à cidade de Camanducaia, no sul de Minas Gerais, seus moradores, imigrantes norte-europeus, que criaram a Vila e suas relações com a atividade turística.

As terras que deram origem ao Distrito de Monte Verde foram compradas por lotes no final da década de 1940 e começaram a ser efetivamente habitadas por estas populações

apenas na década de 50. Com o passar dos anos vieram para a região diferentes etnias e nacionalidades: húngaros, alemães, italianos, suíços entre outros. Estas pessoas buscavam um lugar para torná-lo sua casa, buscavam paisagens e climas condizentes com aquilo que deixaram na Europa. Muitos deles fugiram da Revolução Russa ou vieram crentes na profecia de que o Brasil era a terra prometida (o papel da propaganda brasileira foi importante e de pastores da Igreja Batista também); outros fugiram de uma Europa arruinada pela Primeira e Segunda Guerra Mundial. Estas pessoas encontraram no sul de Minas Gerais um lugar propício, paisagem e clima, à sua saúde e manutenção/conservação de suas culturas de origens. O que eles buscavam no passado para tornar a sua casa, o seu lar, e as construções que realizaram a partir de suas culturas¹, como a arquitetura e a culinária são hoje atrativos turísticos muito procurados.

Memória

De acordo com o Abbagnano (1982, p. 629), memória é “a possibilidade de dispor de conhecimentos passados. Por conhecimentos passados é preciso entender aqueles que já foram, de um modo qualquer, disponíveis; e não simplesmente conhecimentos do passado”.

Este mesmo autor salienta que “a memória parece ser constituída por duas condições ou momentos distintos (ABBAGNANO, 1982, p. 629)”: primeiro, o que é chamado de retentiva, ou seja, a conservação ou persistência dos conhecimentos do passado; e segundo, a lembrança, que é a evocação e a atualização dos conhecimentos do passado no presente.

Guarinello (1995) esclarece que a memória pode ter um significado, um sentido mais inercial, onde atuaria “como fundamento mesmo da tradição de uma cultura, como produto social, liga-se à reprodução da sociedade, organiza e reproduz constâncias, repetições” (GUARINELLO, 1995, p. 188). Um segundo sentido dá à memória um significado mais dinâmico, mais transformador, “[...] é, potencialmente, uma ação reflexiva, uma inquisição proposta ao tempo, não buscando identidades e permanências, mas as diferenças, as transformações, a mudança” (GUARINELLO, 1995, p. 188).

Entre outros olhares, a memória é vista como intermediária entre duas temporalidades, entre a historiografia (no tempo presente), o tempo da redação da narrativa e o passado (matéria-prima), tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados (PINTO, 1998).

¹ Culturas, pois se trata de uma comunidade heterogênea.

A memória ainda pode ser entendida como um instrumento de poder. Como escreve Le Goff (1992), ter o poder sobre as memórias e esquecimentos tem sido a preocupação de grupos, governos e classes. O que deve ser lembrado ou esquecido tem papel fundamental na manipulação da memória coletiva. Talvez por isso, Ecléa Bosi (1998), ao trabalhar com memória de velhos, mantenha certa distância da memória coletiva.

De acordo com Alessandro Portelli (1997), a memória é moldada de diversas formas pelo meio social; é um processo; é social quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. O ato ou a arte de lembrar algo é, portanto, pessoal, pois apenas os seres humanos são capazes de guardar memória, fazendo-o através de um processo individual, a partir de um meio social dinâmico, com instrumentos criados e compartilhados; não constituindo, por isso, os entrevistados em meros depósitos de dados. O autor diz evitar o termo memória coletiva, porque acredita, como já dito acima, que as lembranças, as memórias, são individuais. “Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, bem a verdade, como as vozes – exatamente iguais” (PORTELLI, 1997, p. 16).

Na Idade Média, os anciãos detinham uma posição de destaque, eram valorizados enquanto guardiães da cultura e memória das localidades, chamados de homens-memória, eram respeitados e prestigiados por seus saberes (LE GOFF, 1992); todavia, passam a uma situação de abandono e desvalorização nas sociedades industriais e na sociedade da informática, onde velhice significa pouca força para o trabalho, saúde precária, atraso (resistência à modernidade). Sua posição de intermediário entre o passado e o presente, como geradores e continuadores de saberes, de conhecimentos, é substituída por instituições como a escola, a TV e a internet (BOSI, 1998). Saliente-se que não há aqui nenhuma conotação negativa quanto ao uso do termo velho/velhos, pois este tem sido usado, respeitosamente por pesquisadores de renome como Ecléa Bosi, entre outros.

A preocupação com a perda da memória e dos saberes dos velhos é descrita pelo antropólogo Adam Kuper (1978, p. 16) que relata que, em 1913, um antropólogo chamado Rivers escrevia que “a morte de todo e qualquer ancião acarreta a perda de conhecimentos que nunca mais serão substituídos” (KUPER, 1978, p. 16). E François Dosse (1992), historiador crítico da *Escola dos Annales*, escreve, ironicamente que, em 1980, ano do patrimônio, “muitos se perderam em divagações na sua árvore genealógica ou se lembraram que um velho que morre representa uma biblioteca que queima” (DOSSE, 1992, p. 14). Não desvalorizando o que as duas posições acima podem ter de positivo, o presente trabalho está orientado na perspectiva de Portelli (1997) quando este argumenta que

Embora possamos ser doutores em qualquer matéria entrevistando analfabetos, na situação de campo são eles que têm os conhecimentos, ou seja, “o pouquinho” que estamos “tentando aprender”. Podemos ter status, mas são eles que têm as informações e, gentilmente, compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fator significa lembrar que estamos falando, não com “fontes” – nem que estamos por ela sendo ajudados – mas com pessoas (PORTELLI, 1997, p. 25).

Nas últimas décadas tem havido um interesse por parte da Academia pelas memórias de velhos, mulheres, índios e negros (remanescentes de quilombos). E o turismo, dentro das Ciências Aplicadas, também tem se interessado por estas memórias, pois estas se constituem, atualmente, em possibilidades de atrativos turísticos.

Estas memórias coletivas ou individuais estão sempre associadas ao componente da identidade, que, por sua vez, se refletem no patrimônio cultural. Henrique Figueiredo Carneiro (2006, p. 19) constata esta relação feita pelo Fórum UNESCO em 1996:

O Fórum UNESCO diz que a memória é um motor fundamental da criatividade. Tal afirmação aplica-se tanto aos indivíduos quanto aos povos que encontram em seu patrimônio – natural ou cultural, material e imaterial – os pontos de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração (CARNEIRO, 2006, p. 19).

Pesquisadores como Paes (2008) afirmam que algo só se torna patrimônio, material ou imaterial, na medida em que está impregnado de elementos da memória e da identidade de um povo, de uma localidade.

A memória que se busca e que se privilegia neste trabalho é a memória dos primeiros moradores, imigrantes norte-europeus, do Distrito de Monte Verde. Muitos dos primeiros moradores, inclusive seu fundador, *Verner Grinberg*, já faleceram ou estão em idade avançada.

Algumas destas memórias personificadas em objetos considerados agora típicos da região tornaram-se produtos turísticos, enquanto outros elementos destas memórias estão circunscritos ao ambiente familiar e, se não foram passados aos filhos e netos, podem se perder.

Neste contexto, esta pesquisa busca o relacionando entre turismo cultural e as memórias destes imigrantes, memórias como produto turístico ou não. Através deste trabalho, o que se deseja não é “turistificar” todos os elementos destas culturas, mas procurar garantir algum tipo de sobrevivência às práticas culturais e sociais destes sujeitos.

Turismo e Turismo Cultural

Neste cenário, este trabalho opta pelo conceito de turismo de Jafar Jafari que, segundo Ignarra (2003), apresenta uma definição holística:

É o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora (IGNARRA, 2003, p. 12).

Essa definição ou visão holística do turismo faz parte do desenvolvimento pelo qual a atividade turística e as análises, pesquisas e estudos passaram; são conhecimentos, definições que existem porque outras, anteriores, lhe permitem hoje maior desenvoltura e abrangência. Como diz Santana Talavera (2009), esta é uma visão aberta e flexível que permite analisar, pesquisar o turismo sem apegos a categorias ou lugares específicos. Dessa forma, não é necessário se ater a uma visão economicista ou antropológica da atividade. Pode-se, a partir desta visão holística, embora não seja fácil, buscar outros elementos, ambientais, sociais; para entender-se o objeto da pesquisa.

Turismo cultural

Há uma ideia bastante difundida de que todo tipo de turismo é turismo cultural. No entanto, pesquisando-se sobre o tema é possível perceber as mais variadas definições e conceituações sobre este segmento.

Neste contexto, é preciso destacar a diferença percebida e analisada por Cunha (1997) entre turismo *como ato cultural* e forma de cultura e *turismo cultural*. O turismo como ato cultural é um instrumento de promoção cultural e põe ao lado da dimensão econômica e social já atribuída à atividade turística, a dimensão cultural (nos seus aspectos espirituais e afetivos). O autor atribui-lhe também como característica a subjetividade. Quanto ao turismo cultural, uma de suas características é a objetividade, o turismo

é um meio de proporcionar o encontro de culturas que lhe são preexistentes e de estabelecer relações com valores adquiridos. Nesse sentido, o turismo cultural promove e “vende” o acesso a uma cultura preexistente, transformada em produto, isto é, o turismo combina factores diversos para, diante um preço, permitir a uma pessoa disfrutar de uma manifestação ou expressão cultural [...] (CUNHA, 1997, p. 170).

Através do Turismo Cultural é possível conservar e preservar (não estaticamente, é claro) elementos de culturas e localidades que estariam fadadas ao desaparecimento com a morte de seus habitantes mais antigos. Salienta-se que a utilização de memórias e de identidades culturais pelo Turismo Cultural, muitas vezes preserva, ressignifica e refuncionaliza patrimônios materiais e imateriais que, de outra forma, estariam fadados à extinção, sendo, portanto, difícil imaginar práticas culturais que estejam desassociadas das estruturas econômicas e produtivas dos grupos e da sociedade (FERREIRA NETO, 1997). Todavia, sabe-se que nem só de impactos positivos e sustentáveis vive o turismo. Neste sentido, Clerton Martins (2006) destaca alguns cuidados com esta atividade:

O que interessa ao fenômeno do turismo são os aspectos mais peculiares de cada lugar, é o caráter mais autêntico de sua gente e seu cotidiano mais original, representado por toda sua gama simbólica, ainda que possa parecer estranho à estética da globalização. No entanto é preciso limitar a ação do turismo para que os lugares e suas culturas mantenham-se íntegros, o que remete ao conceito de turismo sustentável (MARTINS, 2006, p. 46).

Neste contexto de uma visão holística do turismo e especificamente vinculado ao turismo cultural, este trabalho tem como premissa ser possível estudar as memórias dos imigrantes, das pessoas idosas, vinculadas às suas identidades, ao seu patrimônio, que hoje, além da relevância econômica para a região, são importantes como legado cultural que não pode ser perdido por desinteresse. Estudar estas práticas sociais e culturais através das memórias é garantir sustentabilidade ao turismo e cidadania a estes e outros atores sociais.

A História Oral

Neste trabalho, a história oral se faz importante como procedimento metodológico para a coleta dos dados, através de entrevistas semi-estruturadas, com roteiro flexível, gravadas e posteriormente transcritas. Usa-se, pois, a história oral como um meio para captar a memória, sendo sua interpretação (a relação entre memória, história, turismo) buscada nas teorias da História, Antropologia e Sociologia. Nesta pesquisa busca-se a memória dos imigrantes norte-europeus da primeira geração que criaram a Vila de Monte Verde, pois estas memórias e identidades fazem parte do atrativo turístico da região, ao lado da paisagem e do clima.

Segundo Portelli (1997), a história oral

[...] alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes [...] (PORTELLI, 1997, p. 16).

Na busca de um entendimento sobre as relações entre turismo e a história local e regional, Dóia Freire (2005) destaca a importância da interação entre história oral e turismo cultural para a sobrevivência de elementos culturais como a memória, a identidade e o patrimônio através da atividade turística. Legados de um povo, de uma comunidade podem vir a ser conservados, preservados ou mesmo ressignificados, evitando assim o desaparecimento de seus traços culturais.

Com relação à metodologia da História Oral, sabe-se que é criticada pelo subjetivismo. O fato de a História Oral estar ligada à memória lhe traz as fraquezas desta: seletividade, irracionalidade, deformação, anacronismo, volubilidade (GUARINELLO, 1995). Outros autores, como Portelli (1997), encaram essas fraquezas como possibilidades outras de entendimento dos processos de constituição da memória. Ainda segundo Portelli (1997), o historiador, o pesquisador das oralidades tem que assumir a tarefa da interpretação e não tentar uma neutralidade que é dita por ele impossível ou mesmo indesejável.

De acordo com Joutard (2001), o historiador das oralidades tem o dever de cruzar as fontes, ter espírito crítico, reconhecer o caráter parcial da verdade trazida à tona e respeitar a testemunha ou os grupos por ele pesquisados. Tendo em vista as ponderações destes autores, reitera-se que, neste trabalho, sempre que as fontes puderem proporcionar, far-se-á o cruzamento entre informações e dados das entrevistas entre si e com documentos escritos. Salienta-se, no entanto, que a metodologia da história oral, embora não seja o único procedimento metodológico e ferramenta desta pesquisa, é a mais importante.

Considerações Finais

O turismo pode garantir aquilo que Fausto (1998) diz ser difícil na contemporaneidade, que é distinguir traços da vida privada do imigrante na sociedade receptora, neste caso na sociedade brasileira. Ao disponibilizar para o outro (o turista) elementos que considera específicos de sua cultura, como a culinária, arquitetura e artesanato, por exemplo, comunidades como a de Monte Verde salientam o que as distinguem, mas não separam, da cultura nacional. Pode se dizer que a imagem do imigrante, que Boris Fausto

percebe como incorporados à sociedade brasileira, seja pela ascensão social, pela socialização de suas culinárias e rituais, é a mesma das primeiras décadas do século XX. Se a ideia do exótico e do diferente persiste para estes sujeitos sociais; hoje, diferentemente de tempos atrás, aufere-se status àqueles (turistas) que conhecem tais culturas, tais localidades.

Neste sentido, a busca da memória dos velhos imigrantes norte-europeus, que vivem em Monte Verde, sul de Minas, é de real importância para a história local. Se chegaram aqui como o “outro”, já se tornaram parte do “nós”. Os velhos imigrantes, não deixando de ser quem são, mas agregando, através das negociações e traduções, elementos que aqui encontraram, pertencem a dois mundos (dois lugares diferentes) e a duas temporalidades diferentes (presente e passado). Neste cenário, a memória destes imigrantes ainda tem muito a contribuir para a história de suas comunidades e para a história nacional.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- CARNEIRO, Henrique Figueiredo, Banalização do Patrimônio Cultural Material e Conseqüências Perversas para a Vida na Cidade. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio Cultural: Da Memória ao Sentido do Lugar*. São Paulo: Roca, 2006. p. 17-29.
- CUNHA, Licínio. *Economia e política do turismo*. Portugal: Editora MacGraw-Hill, 1997.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: NOVAES, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada No Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 4, p. 13-62.
- FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (Org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória Coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História: espaço plural*, São Paulo, ANPUH: Marco Zero, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1995.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JOUTARD, Phillippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 43-64.

KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

MARTINS, Clerton, Patrimônio Cultural e Identidade: Significado e Sentido do Lugar Turístico. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio Cultural: Da Memória ao Sentido do Lugar*. São Paulo: Roca, 2006. p. 39-50.

MOLINA, Sergio. *O Pós-Turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLLO, Roberto et al. *Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: UFRJ; Letra e Imagem, 2008.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 203-211, nov. 1998.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

TALAVERA, Agustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 9, n. 20, p. 31-57, out. 2003.

_____. *Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009.